

(RE)DESCOBRINDO E DISCUTINDO O PROCESSO AVALIATIVO: OS DESAFIOS ENCONTRADOS EM UMA MOBILIDADE ESTUDANTIL

JOÃO RICARDO JORTIEKE

Universidade Federal de São Carlos

ricardojrjj@gmail.com

ELAINE GOMES MATHEUS FURLAN

Universidade Federal de São Carlos

elainefurlan.ufscar@gmail.com

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência de um estudante de graduação referente à Mobilidade Acadêmica, permitido pelo Programa ESCALA Estudantil da Associação de Universidades do Grupo Montevideo, cujo objetivo é discutir o processo de avaliação utilizado pela faculdade de destino. Para isso, utiliza-se as ideias de Cipriano Carlos Luckesi sobre processo de ensino e avaliação como base. Inicialmente é explicitado brevemente o contexto da universidade de destino e são descritos os aspectos principais da complexa metodologia avaliativa utilizada pela faculdade em questão. Em seguida, são exploradas as impressões pessoais possibilitadas pela mobilidade com problematizações do ponto de vista didático das práticas presenciadas pelo intercambista. O método avaliativo vivenciado é permeado pela ideia de classificação em detrimento da aprendizagem, além de proporcionar um ambiente desfavorável para o desenvolvimento estudantil. Por fim, é feita uma breve crítica à pouca orientação por parte do programa de mobilidade, que dificultam a adaptação de estudantes à cultura acadêmica da universidade de destino.

Palavras chave: AUGM, Programa ESCALA Estudantil, Avaliação.

1. INTRODUÇÃO

Em meio a um mundo com cada vez menos fronteiras, devido à ascensão da tecnologia e dos meios de comunicação, torna-se cada vez mais evidente a interação entre indivíduos com culturas diferentes. Nesse contexto se insere a Mobilidade Acadêmica, uma ferramenta capaz de promover o fortalecimento de vínculos acadêmicos, profissionais, humanos e culturais entre instituições de diversos países através da presença de estudantes estrangeiros num contexto universitário (CASTRO; CABRAL NETO, 2012). Conhecida popularmente pelo termo “Intercâmbio”, esse processo permite uma formação mais ampla de recursos humanos dentro das universidades por permitir o contato com indivíduos

provenientes de diversas nacionalidades e, conseqüentemente, detentores de formações ímpares. Nesse sentido torna-se imprescindível compreender os potenciais multiculturais de formação envolvidos nas Mobilidades Acadêmicas, de tal forma que:

Trata-se de ir além da valorização da diversidade cultural em termos folclóricos ou exóticos, para questionar a própria construção das diferenças e, por conseguinte, dos estereótipos e preconceitos contra aqueles percebidos como “diferentes” no seio de sociedades desiguais e excludentes. (CANEN; OLIVEIRA, 2002, p. 66)

Nesse contexto, ESCALA (acrônimo do espanhol *Espacio Académico Común Ampliado Latinoamericano*) de Estudantes da Graduação é um programa desenvolvido pela Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM). Tal grupo foi formado em 1991 e é composto por universidades públicas, autônomas e autogovernadas dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. O Programa ESCALA compreende um dos principais programas para a integração de acadêmicos e universidades que compõem o grupo (AUGM, 2019a). De maneira geral, o programa busca:

[...] impulsionar e fortalecer o processo de construção de um espaço acadêmico regional através da mobilidade de estudantes. Através da convivência entre estudantes e docentes de diferentes universidades e países, será promovido o intercâmbio acadêmico-cultural e proporcionará um melhor conhecimento dos diferentes sistemas de educação superior presentes na América Latina (AUGM, 2019b, on-line, tradução dos autores)²⁹

Sendo assim, este trabalho trata-se de um relato de experiência com o objetivo de divulgar reflexões, baseadas nas ideias de Luckesi (1993, 2013), acerca de práticas avaliativas presenciadas no âmbito do Programa ESCALA de Estudantes de Graduação promovido pela AUGM. Este relato, descreve uma experiência com uma disciplina bastante tradicional da Faculdade de Ciências Exatas: Genética e Biologia Molecular. A relevância deste relato se encontra na medida em que expõem o confronto de um estudante que

²⁹ [...] impulsar y fortalecer el proceso de construcción de un espacio académico regional a través de la movilidad de estudiantes. Mediante la convivencia entre estudiantes y docentes de distintas universidades y países, se promoverá el intercambio académico-cultural y brindará mejor conocimiento de los diferentes sistemas de educación superior instalados en Latinoamérica.

realizou mobilidade acadêmica sem orientação oficial, por parte da universidade de origem ou de destino, sobre as formas de avaliação, questão essencial para o reconhecimento de disciplinas (base de acordos que envolvem mobilidade estudantil).

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Essa seção está dividida em dois itens. O primeiro, preocupa-se em trazer um breve contexto da universidade e da faculdade de destino, abordando alguns meses de formação acadêmica estudantil. O segundo, foca-se em descrever metodologicamente o processo de avaliação utilizado em tal faculdade e, em seguida, trazer algumas das experiências e questionamentos (que serão foco de discussão na próxima seção).

2.1 O CONTEXTO DA UNIVERSIDADE DE DESTINO

A Mobilidade Estudantil ocorreu em uma instituição localizada na região Nordeste da Argentina, que conta com três *campi*, distribuídos em duas cidades diferentes. A administração da universidade é semelhante à Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), ou seja, as Faculdades possuem uma certa autonomia. Nesse contexto, foi possível estudar e conhecer o funcionamento da Faculdade de Ciências Exatas da universidade.

A Faculdade de Ciências Exatas se localiza em uma cidade que abriga dois *campi* e está presente na periferia da cidade, juntamente com a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Direito e Ciências Sociais. Tal fato é interessante por que pode-se notar que a presença de um polo acadêmico na região periférica da cidade não foi capaz de servir como um ponto de investimento para melhoria das condições da região (existem apenas algumas avenidas asfaltadas, pouca iluminação, saneamento básico precário, entre outras questões). A oferta de cursos nessa Faculdade é bem ampla, indo desde Engenharias, passando por Bioquímica e chegando à cursos de Licenciatura, como em Química, Física ou Ciências Biológicas.

Culturalmente, é considerada uma das faculdades mais exigentes e difíceis da região. Por conta disso, é comum encontrar pessoas que estão há muitos anos na graduação e, muitas vezes, dependentes da aprovação em uma ou duas disciplinas.

2.2 O PROCESSO AVALIATIVO

2.2.1. Descrição Processual

O processo avaliativo da faculdade de destino é um tanto quanto complexo, portanto, há uma tentativa de detalhar os termos, conceitos e o processo, de modo geral, para entendimento e apoio nas discussões posteriores.

Em primeiro lugar, existem dois tipos de disciplinas: as disciplinas promocionais e as disciplinas regulares. Com relação às disciplinas promocionais, é importante destacar que compõem uma minoria de disciplinas da grade dos cursos. Tal fato se deve à tradição que transpassa as ideias de currículo e avaliação da faculdade de exatas daquela universidade. Mas, afinal, o que são as disciplinas promocionais? São aquelas que dispensam a necessidade da realização de *exame final* para estudantes que obtêm uma nota acima de 8 pontos ao longo de todos os *exames parciais* realizados.

Com relação às disciplinas regulares, além de serem à maioria naquela faculdade, pode-se dizer que possuem um método de avaliação mais complexo. Para começar, o corpo estudantil é dividido em duas categorias: estudante livre e regular.

O processo para se tornar um(a) estudante de categoria REGULAR consiste na aprovação em provas, ao longo da realização de disciplinas, chamadas de *exames parciais*. Tais exames possuem duas categorias, com três aplicações cada: *exames parciais teóricos* e *exames parciais práticos*. Portanto, para se tornar um(a) estudante REGULAR, é necessário obter aprovação em todos os seis exames (três práticos e três teóricos) com o direito a realização de um exame extraordinário de cada categoria, em caso de reprovação. Aprovado em todos os exames, obtém-se o título de estudante REGULAR daquela determinada disciplina, tornando-se apto para a inscrição em turnos de *exames finais*.

Os *exames finais* são compostos por uma *Mesa Examinadora*, isto é, um conjunto que envolve: a/o docente encarregada(o) pela disciplina de que se trata, responsável por presidir a mesa; e docentes colaboradoras(es), responsáveis por auxiliar na avaliação (neste caso), mas que também podem servir de apoio ao longo do desenvolvimento da disciplina. A aprovação será concedida quando a *Mesa Examinadora* constatar que a/o aluna (o) apresenta os conhecimentos necessários, conforme o plano de estudos da disciplina em questão. As pessoas inscritas para renderem ao *exame final* são chamadas para a realização do mesmo conforme a ordem presente em uma planilha elaborada pelo sistema de inscrição. Ao fim do último exame, são chamadas àquelas pessoas que não se apresentaram.

Contudo, os *exames finais* não podem ser realizados a qualquer momento, ou seja, é elaborado um calendário oficial dispendo de, aproximadamente, dez semanas para

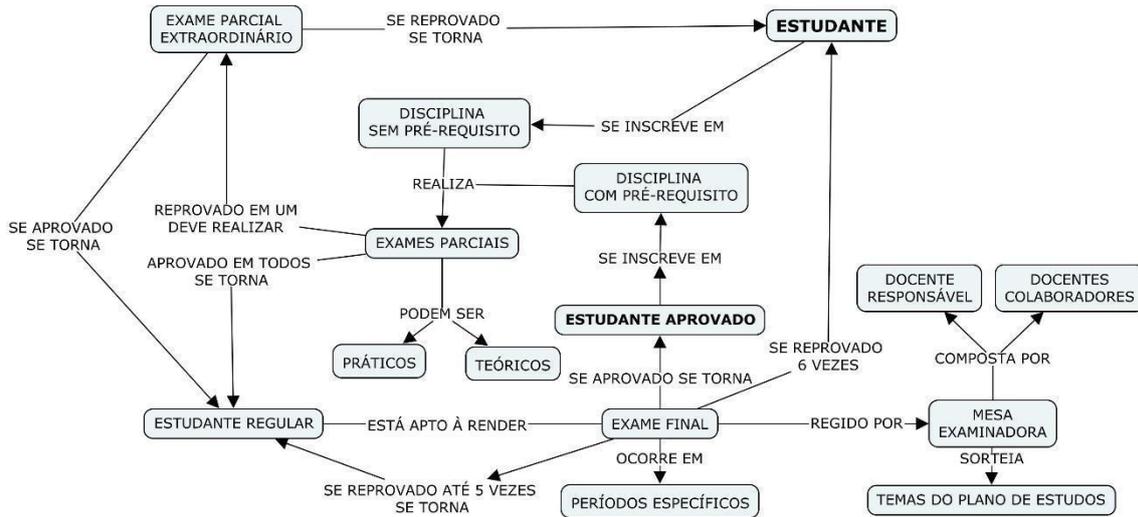
realização de *exames finais* a serem distribuídos diariamente conforme a disciplina. Tal calendário é publicado anualmente pela direção da faculdade em 23 dezembro. Nesse contexto, cada estudante deve inscrever-se no período que julgar mais adequado. Há uma ressalva para estudantes que necessitam de apenas quatro disciplinas para concluir a graduação: essas pessoas podem solicitar exames fora dos períodos previstos no calendário.

O conteúdo exigido pelo *exame final* é aquele que consta no programa oficial do *Plano de Estudos* de cada disciplina. Contudo, em caso de alteração de plano de estudos, fica à critério da *Mesa Examinadora* exigir o vigente durante a realização do exame ou durante o período em que a matéria foi cursada. De qualquer maneira, o *exame final* funciona através do sorteio de bolinhas contendo uma numeração específica relacionada aos temas que devem ser explorados ao longo do exame. Por exemplo, a bolinha de número 1 seleciona os temas 3, 9 e 17 (conforme o plano de estudos da disciplina) que devem ser *melhor explorados* no exame. Contudo, a seleção de uma bolinha com temas específicos não impede que a *Mesa Examinadora* questione e exija o domínio dos demais temas previstos no *Plano de Estudos*.

Em geral, os exames podem ser orais, escritos ou ambos juntos e, ainda, os indivíduos podem ser examinados individualmente ou simultaneamente (a depender da escolha e capacidade da mesa). O uso de materiais também é facultativo; fica à disposição da *Mesa Examinadora* exigir ou não, ao longo do *exame final*, todos os trabalhos práticos, relatórios, memórias de saída de campo, entre outros aspectos realizados ao longo da disciplina. Um mapa conceitual resumindo este processo encontra-se na Figura 1.

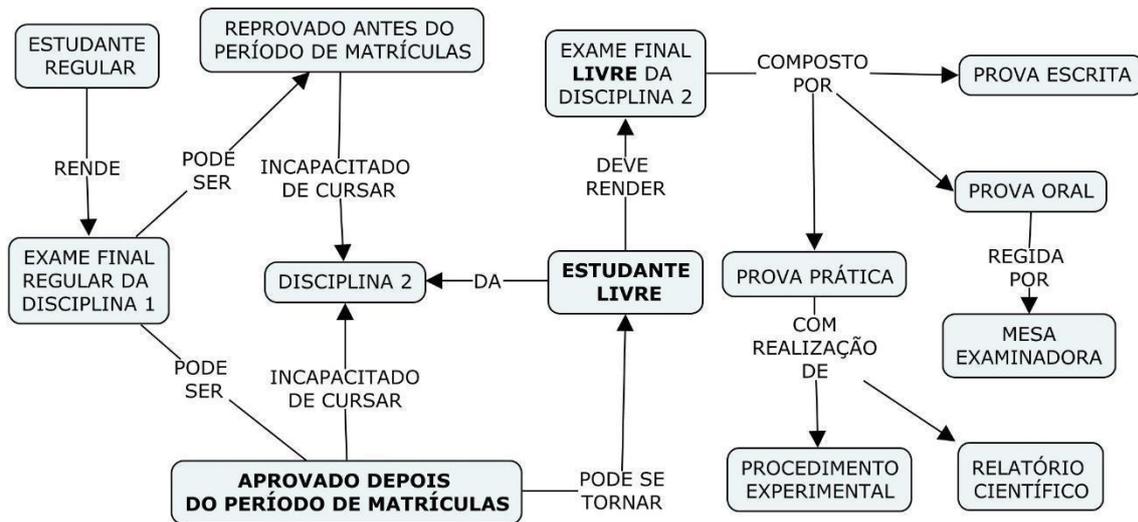
Em relação à estudantes da categoria LIVRE, essa categoria reúne pessoas que não obtiveram o nível de estudante aprovado em uma determinada disciplina que é pré-requisito (Disciplina 1) para a matrícula em outra (Disciplina 2). Dessa forma, tal pessoa fica impossibilitada de cursá-la. Contudo, em caso de esta mesma pessoa render novamente o *exame final* da Disciplina 1 e obter aprovação, é possível que este mesmo indivíduo se inscreva enquanto estudante LIVRE da Disciplina 2. Assim, os estudos ocorrerão por conta própria para a inscrição nos *exames finais*, e neste caso é ainda mais complexo: haverá uma prova prática, escrita e oral (Figura 2).

Figura 1. Mapa Conceitual do processo de avaliação para ESTUDANTES REGULARES.



Fonte: Elaboração do autor e da autora.

Figura 2. Mapa Conceitual do processo de avaliação para ESTUDANTES LIVRES. A Disciplina 1 é pré-requisito para cursar a Disciplina 2.



Fonte: Elaboração do autor e da autora.

A prova prática é exigida apenas para disciplinas com carga horária de trabalhos e atividades práticas, dispensa a necessidade de a/o docente responsável pela disciplina estar presente e deve ser realizada no laboratório da disciplina em questão. O tema da prática é escolhido pela própria Mesa Examinadora. Assim, a/o estudante terá um tempo específico para realizar os procedimentos necessários e, além disso, elaborar um relatório com as

interpretações teóricas e práticas do experimento realizados. A prova escrita consiste de exercícios e problemas pertinentes ao programa de estudos da disciplina em questão, com um tempo de prova estabelecido pela *Mesa Examinadora*. A prova oral é semelhante àquela exigida à estudantes REGULARES.

A nota após os *exames finais* é dada a partir de uma qualificação, conforme o Quadro 1. No caso de *exames finais* de estudantes da categoria LIVRE, é feita uma média ponderada da qualificação obtida nos três exames (prático, escrito e oral).

Quadro 1. Relação entre qualificação e equivalência em pontos de estudantes.

QUALIFICAÇÃO	EQUIVALÊNCIA EM PONTOS
Extraordinário	Dez
Diferenciado	Entre sete e nove
Bom	Entre cinco e seis
Aprovado	Quatro
Insuficiente	Entre um e três
Reprovado	Zero

Fonte: Elaboração do autor e da autora.

É possível realizar o exame novamente para àquelas pessoas que obtiverem a qualificação “Insuficiente” e “Reprovado”, dentro do período de 20 e 40 dias, respectivamente. Contudo, todas as qualificações obtidas constarão no histórico escolar. É importante ressaltar que a reprovação em seis *exames finais* resultará na perda da condição de estudante REGULAR e, portanto, será necessário cursar novamente a disciplina.

Todo o processo descrito acima deve ser realizado para cada disciplina presente na grade curricular.

2.2.2. Vivências e Impressões Pessoais

Com relação ao processo de obtenção do título de estudante REGULAR, temos que o exame parcial teórico consistia de um teste de múltipla escolha que, conforme o conhecimento do corpo estudantil dessa faculdade e observações pessoais, continha um apanhado aleatório de um escopo de questões pré-determinadas, que consistiam de recortes de trechos do livro base da disciplina com palavras alteradas. Além disso, as alternativas

eram embaralhadas para dificultar a memorização da prova (uma vez que cópias de edições anteriores ou do próprio escopo de questões eram facilmente obtidos através de fotos em posse de ex-estudantes ou do próprio centro acadêmico. Esse fato era de conhecimento do professor responsável pela disciplina.)³⁰. Entende-se que o objetivo dessa categoria de prova não estava relacionado com a avaliação da aprendizagem, cumprindo apenas um propósito burocrático de classificação de estudantes.

Já o exame parcial prático era baseado em atividades práticas de resolução de problemas envolvendo técnicas e equipamentos da área de conhecimento. Tais atividades eram desenvolvidas ao longo das aulas práticas que ocupavam 50% da carga horária de aulas da disciplina. Importante destacar que aula prática não tem relação com prática em laboratório, neste caso. Assim, o exame prático—era a principal forma avaliativa da disciplina, uma vez que exigia a compreensão dos conceitos e das habilidades desenvolvidas ao longo das aulas ministradas.

Com relação aos *exames finais*, como dito, a planilha para sua realização é organizada conforme a inscrição no sistema. Além disso, não há menção a um tempo mínimo ou máximo de duração das mesas individuais de exames. Dessa forma, é muito comum percorrer os corredores da universidade e ouvir relatos de pessoas que ficaram horas e horas esperando sua vez chegar para render o exame (ou até mesmo ver uma pequena multidão reunida em volta de uma sala, lendo esperando serem chamados para realizar um exame).

Uma pequena amostra dessa experiência, pode ser relatada aqui: em meio a uma semana com noites de sono mal aproveitadas, devido ao estresse de ter que realizar três *exames finais* no mesmo turno (devido à condição de intercambista e à necessidade de ser aprovado por exigência do edital de mobilidade, para reconhecimento das disciplinas na universidade de origem), o despertar acontecia por volta das seis horas da manhã para chegar na universidade a tempo do início do às oito horas; no acúmulo de estudantes ao

³⁰ A existência dessas cópias do exame ou da lista de questões não era de meu conhecimento até a realização do segundo exame parcial teórico. Por conta disso, fui reprovado no primeiro exame parcial teórico e no exame extraordinário. Estaria reprovado na disciplina se o professor não houvesse, após muita súplica, me permitido a chance de fazer o exame de forma oral.

redor do laboratório de genética, onde seria o exame, a espera ocorreu por cerca de três ou quatro horas até o momento do exame do estudante e, ainda haviam outros aguardando.

Tudo isso, em meio à situação de estresse e desespero de estudantes que estavam rendendo pela quinta ou sexta vez, apreensivos pela possibilidade de obterem uma má qualificação registrada em sua caderneta acadêmica (algo similar a uma Carteira de Trabalho com a função de servir de histórico escolar) ou perder a condição de estudante REGULAR e necessitarem cursar a disciplina novamente. Por conta disso, se inscrever para um determinado turno de exame e não comparecer é uma prática comum para àquelas pessoas que não se sentem preparadas e desejam, além de preservar seu histórico escolar, não desperdiçar uma das seis chances de render os exames.

Com relação à realização do exame em si, apesar do regulamento prever a possibilidade do uso de materiais (livros, anotações, entre outros) para sua realização, não foi observado sequer uma pessoa que havia rendido dessa maneira e tampouco o estudante em questão, teve esta oportunidade, ou seja, quando o nome foi chamado por um membro da *Mesa Examinadora*, a entrada no laboratório sob um clima de pressão similar à uma banca de trabalho de conclusão de curso ou qualificação de mestrado. Sem a possibilidade do uso de materiais; sem o conhecimento de quais habilidades seriam avaliadas, senão unicamente o próprio domínio de todo o conteúdo presente no plano de estudos da matéria; sabendo que teria que render mais três exames finais na mesma semana; considerando que teria que ser aprovado em ao menos três das quatro disciplinas que cursava³¹; com a consciência de que só poderia render uma vez cada exame pelo fato de não ter mais turnos de exame disponíveis para o período da mobilidade: esse foi o contexto vivenciado.

Assim, o que mais incomodou ao longo dessas vivências era a compreensão de avaliação presente naquele meio acadêmico. Como é possível desconsiderar uma avaliação processual, como foi observado com a negligência com o exame parcial teórico, em detrimento de uma avaliação final imersa em climas que causam cansaço e desgaste mental, além de despertar sentimentos de tensão, insegurança, medo e estresse? De que forma pode-se dizer que tal forma de avaliação é justa se existem pessoas que são avaliadas no

³¹ O edital 003/2018 da Secretaria de Relações Internacionais (SRInter/UFSCar) de mobilidade do Programa ESCALA Estudantil requer aprovação em 75% das disciplinas cursadas, mas não se preocupa em evidenciar de que forma ocorrem as avaliações nas universidades de destino.

momento em que chegam ao local onde o exame ocorre, outras que esperam horas para serem examinadas e, ainda, outras que, devido à tensão e outros sentimentos negativos, retornam para suas casas com medo do fracasso?

3. DISCUSSÃO

Para iniciar algumas reflexões, é interessante discutir as etapas inerentes ao desenvolvimento de um Processo de Ensino. Luckesi (1993) separa tais etapas em planejamento, execução e avaliação.

O *planejamento* do processo de ensino e aprendizagem:

[...] exige de nós um conhecimento seguro sobre o que desejamos fazer com a educação, quais são os seus valores e seus significados (uma filosofia da educação); um conhecimento seguro sobre o educando, o que implica compreensão de sua inserção na sociedade e na história (ciências histórico-sociais), assim como uma compreensão dos processos de formação do seu caráter (teoria da personalidade) e do processo de desenvolvimento (psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem); um conhecimento seguro dos conteúdos científicos com os quais trabalhamos (a ciência que ensina). (Ibid., p. 148)

É em meio a esse planejamento que a prática docente, a *execução*, toma forma. Afinal, “os conhecimentos utilizados no planejamento são os mesmos que devem, no cotidiano, traduzir-se em prática.” (Ibid., p. 149).

A ação baseada no planejamento necessita passar pelo processo de *avaliação* de todos os indivíduos envolvidos. Dessa forma, além de avaliar os indivíduos sob o ponto de vista das aprendizagens atingidas ao longo do processo de ensino, é necessário a avaliação da prática docente. Ambas avaliações devem ser consideradas enquanto práticas constantes que permeiam a execução do processo de ensino, de maneira a se desenvolver um processo de ação-reflexão-ação objetivando o desenvolvimento de práticas mais efetivas de ensino para o alcance de melhores níveis de aprendizagem (LUCKESI, 1993).

Pensando na questão da avaliação da aprendizagem no contexto deste relato de experiência, pode-se notar uma predominância da conduta de *examinar*, ou seja, a classificação e seleção de discentes em detrimento do diagnóstico da aprendizagem apresentadas pelos mesmos (LUCKESI, 2013).

Tratando inicialmente do modelo de *exame parcial* teórico, temos um exame cujo único objetivo é a conquista da aprovação. Nesse sentido, o professor não demonstra preocupação com as questões de aprendizagem das (os) alunas (os) (uma vez que, para ele, a aprendizagem é, de fato, avaliada no exame final) e, tampouco, com a constituição do mesmo. Por parte do alunado, a postura do professor perante a este exame se transmuta em uma fonte de desmotivação para a aprendizagem. Como destaca Luckesi (2013), tal contexto, onde o que predomina é a necessidade de aprovação, promove a busca por quaisquer meios de atingir tal objetivo. É nesse contexto que a prática do uso de fotos de exames anteriores e do escopo de questões que os compõem se torna a principal fonte de estudos³², colocando a preocupação para com a aprendizagem em segundo plano.

Em contrapartida, o modelo de *exame parcial* prático pode ser considerado como um instrumento avaliativo. Ao ser composto por questões problemas que apresentam uma situação bem delimitada e exigem a articulação do conhecimento ensinado na sala de aula, tal exame permite determinar o nível de compreensão do alunado. Além disso, o instrumento é utilizado pelo professor responsável pelas aulas práticas como guia de intervenção ao longo do período letivo, num evidente movimento de ação-reflexão-ação (LUCKESI, 2013).

A situação se torna mais complexa ao tratar do modelo de *exames finais* adotado pela faculdade em questão. Luckesi (2013) destaca a influência do *medo* no processo de ensino e aprendizagem manifestado na forma sutil da *ameaça*, um castigo antecipado e puramente psicológico. No meio acadêmico presenciado, o castigo psicológico é aquele mais presente: relatos de estudantes humilhadas(os) em *Mesas Examinadoras* por não saberem o mínimo exigido para a aprovação assombra a mente daquelas(es) que estão por render exames; a possibilidade de uma qualificação negativa na caderneta estudantil e a chance de prejudicar a qualidade do próprio histórico escolar; a apreensão de reprovar na última *Mesa Examinadora*, perder a condição de estudante REGULAR e necessitar cursar novamente a disciplina. As situações citadas são só algumas que constataam a presença do

³² Por fonte de estudos, neste caso, refere-se à prática de decorar as questões e, eventualmente, alguns conceitos envolvidos nas questões presentes nas fotos de exames anteriores obtidas pelo alunado. Ressaltando que esta prática é tão comum que, ao longo da vivência nesta faculdade houve diversas orientações a procurar o Centro Acadêmico para requisitar a lista de questões do exame.

castigo em forma de *ameaças*, uma das nuances do medo. Nesse contexto, como é possível considerar que o resultado obtido em tal exame corresponde à aprendizagem alcançada pelas(os) estudantes?

Luckesi (2013) discute algumas das consequências de modelos de avaliação centrados no exame. Do ponto de vista da aprendizagem, tal modelo coloca em segundo plano o processo de ensino e aprendizagem e dá destaque para a qualificação atingida com os exames. Do ponto de vista psicológico, prejudica um desenvolvimento sadio de personalidades que destaca a internalização de condutas de autocontrole negativas. Sociologicamente, essa forma de avaliação da aprendizagem reflete a seletividade social de modo a ressaltar a desigualdade. É necessário repensar este modelo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato traz brevemente algumas reflexões possibilitadas pela Mobilidade Acadêmica no âmbito do Programa ESCALA Estudantil da AUGM. Foram descritas algumas nuances dos processos de avaliação utilizado pela faculdade de destino, de modo a possibilitar uma discussão sobre a finalidade dos processos avaliativos.

A realização de exames finais desconectados temporalmente dos momentos em que ocorrem o ensino e a aprendizagem, além de desconsiderar a avaliação como parte essencial do processo de ensino guiado pela ação-reflexão-ação, prejudicam o desenvolvimento estudantil enquanto futuros membros da academia por auxiliar na normatização de tais práticas.

Pensando em recomendações provenientes das vivências e das reflexões aqui relatadas, é evidente a necessidade de se discutir e evidenciar o contraste acadêmico entre universidades no momento da formação de acordos de mobilidade. As(os) estudantes não são orientados adequadamente quanto às formas de avaliação, uma questão essencial quando pensamos nos objetivos e nas exigências da mobilidade acadêmica no que tange ao reconhecimento e aprovação de disciplinas cursadas.

REFERÊNCIAS

Associação de Universidade do Grupo Montevideo (AUGM). **Institucional**. Disponível em: <<http://grupomotenvideo.org>>. Acesso em: 26 set. 2019a.

Associação de Universidade do Grupo Montevideo (AUGM). **ESCALA Estudantes de Grado**. Disponível em: <<http://grupomotenvideo.org>>. Acesso em: 26 set. 2019b.

CANEN, Ana; OLIVEIRA, Ângela M. A. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, v. nsp., n. 21, 2002. p. 61-74

CASTRO, Alda Araújo; NETO CABRAL, Antônio. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, v. 5, n. 21, 2012. p. 69-96.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Planejamento, Execução e Avaliação no Ensino: A Busca de um Desejo. **Revista da FAEBA**, v. nsp., n. 2, 1993. p. 137-152.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: apontamentos sobre a pedagogia do exame. In: _____. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 1 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.